



PUC Minas

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-reitoria de Extensão

POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA PUC MINAS

Belo Horizonte
Junho de 2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC MINAS**GRÃO CHANCELER**

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

REITOR

Professor Eustáquio Afonso Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Professora Vera Maria Neves Victer

PRÓ-REITOR DE GESTÃO FINANCEIRA

Professor Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Professora Maria Inês Martins

PRÓ-REITOR DE INFRA-ESTRUTURA

Professor Rômulo Albertini Rigueira

PRÓ-REITOR DE LOGÍSTICA E OPERAÇÕES

Professor Sérgio de Moraes Hanriot

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Professor João Francisco de Abreu

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Professor Carlos Francisco Gomes

PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS

Professor Alexandre Rezende Guimarães

COMISSÃO TÉCNICO – ACADÊMICA

COORDENADORA DO NÚCLEO COMUNITÁRIO - PROEX

Professora Mônica Abranches Fernandes

COORDENADORA DO INSTITUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – ICA / PROEX

Professora Rita de Cássia Fazzi

COORDENADORA DE EXTENSÃO PUC MINAS – CAMPUS ARCOS

Professora Rita de Souza Leal

ASSESSORA TÉCNICO – ACADÊMICA DA PRÓ - REITORIA DE EXTENSÃO

Professora Tânia Cristina Teixeira

SUMÁRIO

| | | |
|------|---|----|
| 1. | APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| 2. | A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS | 6 |
| 3. | A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PUC MINAS..... | 12 |
| 4. | ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS..... | 16 |
| 4.1. | CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PUC MINAS..... | 16 |
| 4.2. | PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA..... | 17 |
| 4.3. | DIRETRIZES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA..... | 18 |
| 4.4. | OBJETIVOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | 19 |
| 4.5. | MODALIDADES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | 20 |
| 4.6. | AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | 21 |
| 5. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 22 |
| 6. | BIBLIOGRAFIA | 23 |

1. APRESENTAÇÃO

As mudanças no mundo contemporâneo conferem às Instituições de Ensino Superior (IES) um papel estratégico no desenvolvimento das sociedades. A PUC Minas, diante dessa realidade, em consonância com sua missão e considerando as diretrizes nacionais para as IES, propõe-se a discutir uma política de extensão universitária, articulada com o ensino e a pesquisa, em busca da construção de um projeto societário que permita, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão social, a formação cidadã e humanista, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano.

O documento que ora se apresenta, “*Política de Extensão Universitária da PUC Minas*”, é a expressão do trabalho coletivo de professores e técnicos da Instituição, configurando-se como um texto orientador das ações extensionistas da Universidade. Origina-se de um documento preliminar denominado “*Documento-base da Política de Extensão Universitária*” (2003-2004), que subsidiou o Plano de Desenvolvimento Institucional da PUC ora em vigência, representando um importante passo na institucionalização da extensão enquanto atividade-fim acadêmica. A estruturação de um Grupo de Trabalho (GT) na Pró-reitoria de Extensão, em 2003, intensificou as reflexões sobre as práticas extensionistas até então existentes na Instituição. Esse processo de mobilização, caracterizado por uma gestão compartilhada, originou o documento “*Extensão Universitária: uma construção coletiva*”, com as principais diretrizes e um desenho preliminar da política aqui sugerida e já contemplados no Plano Pedagógico Institucional (PPI), recentemente aprovado.

Este texto “*Política de Extensão Universitária da PUC Minas*” reflete os desafios atuais colocados à extensão universitária como uma atividade-fim, integrada ao ensino e à pesquisa, conforme expressa o art. 207 da Constituição Federal/1988. Tal artigo foi regulamentado pela LDBEN/96, no art. 43, que determina a finalidade da educação superior e ressalta o papel da extensão universitária como produtora e difusora de conhecimentos, cabendo-lhe uma função precípua de estabelecer a interlocução com a sociedade. Além do mais, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, Lei 10.861/ 2004) inclui a extensão como um dos parâmetros da avaliação das universidades brasileiras. Este documento reflete também a efervescência da extensão vivida na PUC Minas ao longo de sua existência.

O documento está organizado da seguinte forma: inicialmente resgata a trajetória do movimento extensionista em âmbito nacional; a seguir, destaca o papel desempenhado pela PUC Minas neste cenário, considerando sua missão e natureza enquanto Universidade Católica, Filantrópica e Comunitária; posteriormente apresenta os elementos estruturantes da política de extensão que se pretende consolidar; por último, tece algumas considerações finais.

A Pró-reitoria de Extensão oferece, através da Política inscrita nesse documento, um texto norteador das ações extensionistas da Universidade e o submete ao CEPE para apreciação.

2. A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

As primeiras experiências de extensão universitária no Brasil datam de 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo. A literatura especializada menciona o documento “Estatuto da Universidade Brasileira”¹, de 1931, como evidência de ações extensionistas. Nesse documento, a extensão não estaria restrita somente à realização de cursos e conferências, com a finalidade de construir conhecimentos “úteis à vida individual e coletiva”, mas também objetivaria a “apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de idéias e princípios de interesse nacional”.

Nos anos de 1940 e 1950, prevaleceu a concepção político-acadêmica de extensão universitária proposta pela USP na década de 30, compreendida como instrumento disseminador de conhecimento para a comunidade e forma de popularização das ciências, das artes e das letras, realizada por meio de cursos, palestras, radiodifusão e de filmes científicos dirigidos aos diversos segmentos da sociedade.

Na década de 60, as instituições de ensino superior (IES) deram início às experiências de educação de base, influenciadas pela atuação de docentes e discentes junto aos movimentos populares. O envolvimento e o compromisso de segmentos das Igrejas com a população excluída caracterizaram as ações de extensão e constituíram referência para as IES nesse contexto.

Naqueles anos, marcados pela organização popular e pelas reformas sociais no Brasil e na América Latina, ocorreram movimentos políticos de contestação ao sistema de desenvolvimento econômico adotado desde a década de 50, baseado na substituição de importações. Tais contestações chegaram a formas mais acirradas de luta no campo e na cidade. Todas essas mobilizações provocaram reflexos nos segmentos universitários, que incorporaram novas teorias e métodos no desenvolvimento de suas atividades-fim. A extensão, dada sua proximidade com os diversos setores da sociedade, aspirou às mudanças que emanavam dessa conjuntura. A prática extensionista transitou, então, do enfoque de difusão do conhecimento para o de inserção na realidade socioeconômica, política e cultural

¹ Estatuto da Universidade Brasileira. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.

do País, absorvendo as contradições advindas da sociedade e oferecendo, por meio de suas ações, respostas que contribuíssem para a transformação social.

Nesta configuração, a extensão universitária fortaleceu-se e ganhou visibilidade. Natural, portanto, que suas ações provocassem polêmicas e debates entre a intelectualidade da época. Paulo Freire (1977), ao examinar o conceito de extensão, o contrapôs ao de comunicação, denunciando certa presunção da universidade em “estender” seu conhecimento à sociedade, desconhecendo os saberes produzidos por essa última. Esse debate provocou as universidades a repensarem o conceito de extensão e os métodos que envolviam suas ações.

Assim, novos sentidos foram conferidos às práticas de ensino, pesquisa e extensão, que passaram a ser compreendidas não somente como transmissão de conteúdos, mas como fruto do diálogo entre os diversos saberes, oriundos tanto da sociedade como da universidade.

A Reforma Universitária de 1968, no período de exercício do Regime Militar, orientada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional, rompeu com o caráter dialógico, ainda embrionário, da extensão e da própria universidade, restringindo suas ações e impedindo-a do exercício de seu princípio fundante - a autonomia. Darcy Ribeiro (1966), nessa época, já alertava a universidade para a perda progressiva de sua liberdade e capacidade crítica.

A universidade, contudo, enquanto espaço de expressão de conflitos, absorveu e, simultaneamente, repeliu as políticas impostas pelo regime militar. Se, por um lado, executou políticas oficiais, como as de extensão expressas no Projeto Rondon e no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), por outro imprimiu a esses projetos um caráter crítico e participativo, resgatando direitos de cidadania que haviam sido suprimidos pela ditadura.

A década de 80 foi marcada pelo ressurgimento de movimentos sociais, com aspirações que foram expressas no texto constitucional de 1988. A universidade, como ator social, participou desse projeto democrático, criando meios para assegurar aos indivíduos conjuntos de direitos. A idéia de “extensão redentora” representou, para alguns autores, a marca desse tempo. Assim, as práticas extensionistas proliferaram-se nas universidades, nas mais diferentes modalidades: de eventos culturais e cursos de aperfeiçoamento, venda e prestação de serviços a projetos de ação comunitária. O cunho emancipador e o assistencialista conviveram, simultaneamente, nessas propostas.

Institucionalmente, na passagem dos anos 80 para os 90, no contexto da globalização, a constituição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IES Públicas foi decisiva para que as universidades ressignificassem seu papel, função e identidade. Em 1987, considerando a redemocratização do País, esse Fórum definiu a extensão como “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade²”.

Esse conceito foi importante para fomentar o debate sobre a concepção de extensão universitária, possibilitando várias interpretações. Contudo, tornou-se uma referência a partir da qual as IES vêm organizando as suas políticas extensionistas.

A extensão universitária, no Brasil, iniciou os anos 90 perpassada por contradições herdadas de sua história recente e também norteadas pelo debate relativo à sua identidade. A expansão do ensino superior privado no Brasil trouxe a novidade da utilização dos projetos de extensão como logomarca da cultura de *marketing* das sociedades de mercado, caracterizadas pela ampla competitividade. Somada a isso, a reforma do Estado brasileiro colocou em relevo o fato de que nem tudo que é público é estatal, redefinindo, assim, o caráter das instituições de ensino e, nelas, as ações extensionistas. Essa configuração trouxe novos desafios e alguns equívocos, exigindo que a universidade repensasse sua função social, colocando em pauta a natureza de suas atividades-fim.

Este movimento se refletiu em algumas iniciativas bastante importantes, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, no capítulo IV, Da Educação Superior, artigo 43, ao estabelecer que as IES têm como fim:

(...)

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

² PROEX/ UFMG, 2000.

Ainda no mesmo capítulo, o artigo 44 enuncia que “*a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas*”:

(...)

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Em 1999, fundou-se o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC). A criação deste Fórum foi importante para fortalecer:

“uma cultura de Extensão, desenvolvida pelas instituições comunitárias, especialmente as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente, doenças e, principalmente, por meio de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar que contribua para flexibilizar a produção de soluções aplicáveis para problemas e questões da contemporaneidade.”³

O Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/2001, estabelece como objetivos e metas, no que diz respeito à Educação Superior, a institucionalização de um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa, que englobe os setores público e privado, e contribua para a melhoria da qualidade do ensino, da extensão, da pesquisa e da gestão acadêmica. Acrescenta a exigência de que as instituições de ensino superior garantam a oferta de cursos de extensão, para atender às necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional. Destaca-se nesse Plano a prescrição da implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior, no quadriênio 2001-2004, assegurando que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no País sejam reservados para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

³ Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Outubro 2001.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas e pela Secretaria de Educação Superior do MEC (2000-2001), estabelece como objetivo a importância de se “reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade”.

A importância da extensão universitária enquanto atividade-fim e acadêmica foi também reconhecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)⁴ que a inclui na avaliação das IES. Segundo o SINAES, a extensão deve pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas universidades e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento local, regional e nacional.

O SINAES estabeleceu como indicadores de avaliação:

- ✓ *Concepção de extensão e interação social afirmada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).*
- ✓ *Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.*
- ✓ *Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.*

Considerando as peculiaridades de cada instituição, a avaliação deve abordar três níveis inter-relacionados:

- ✓ *Compromisso institucional com a estruturação e efetivação das atividades de extensão.*
- ✓ *Impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros destas atividades.*
- ✓ *Processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão.*

Em consonância com o momento atual e ancorada nas disposições que regem o sistema educacional brasileiro, a extensão universitária passa por um processo de

⁴ O SINAES foi instituído na lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

institucionalização, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que vem ocasionando a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades. Um esforço nacional vem ocorrendo para que a extensão universitária seja reconhecida como integrante do fazer acadêmico, ao lado do ensino e da pesquisa, inserida nos projetos pedagógicos dos cursos e formalizada institucionalmente. Todo esse esforço, no entanto, não deve ser entendido como a negação do caráter plural das universidades, espaço, por excelência, de debate de diversas perspectivas teóricas e metodológicas. É essa pluralidade, aliás, que constitui o vigor da vida universitária. Caberá a cada IES se repensar à luz das disposições institucionais e do debate nacional e encontrar a mediação necessária entre aquelas disposições institucionais e a sua própria prática efetiva de extensão, sem desrespeitar a sua história e o preceito da liberdade acadêmica, num movimento de adaptação criativa.

3. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PUC MINAS

As ações de extensão na PUC Minas tiveram início na década de 1960, a partir de iniciativas isoladas dos departamentos e cursos de graduação que promoviam atividades culturais, conferências, cursos e prestação de serviços às comunidades em situação de vulnerabilidade. Neste período, surgiram o Departamento de Assistência Jurídica, o Instituto de Orientação Juvenil (prestação de serviços e estágios) e o Serviço de Orientação destinado à comunidade acadêmica.

Em 1972, criou-se na Universidade o Centro de Extensão, voltado, inicialmente, para a realização de cursos e a promoção de eventos culturais. Gradativamente foi ampliando sua atuação em trabalhos assistenciais, desenvolvidos junto às populações em situação de vulnerabilidade social, por intermédio das clínicas de Odontologia e de Psicologia, bem como dos Serviços de Assistência Jurídica, que hoje integram os projetos pedagógicos dos respectivos cursos. Os projetos de intervenção social, iniciados na década de 1970 com os *campi* avançados de Araçuaí e de Pirapora, desdobraram-se em outros modelos de ação social na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como em vários municípios mineiros e na Região Nordeste do país.

Em 1978, com a aprovação do novo estatuto da então Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), o Centro de Extensão deu lugar à Coordenadoria de Extensão, sendo também fundado o Programa de Desenvolvimento e Ação Comunitária (PRODAC)⁵ que promoveu a articulação de diversos departamentos da Universidade com instituições externas. Essas articulações objetivavam a realização de diagnósticos socioculturais de comunidades rurais, programas de criação de associação de artesãos, promoções culturais, feiras de artesanato e fortalecimento do Programa de Pós-Graduação com o oferecimento do PREPES.

Em 1982, a Coordenadoria de Extensão integrou-se à Divisão de Apoio Comunitário, ficando subordinada à Vice-Reitoria. No ano seguinte, a Universidade Católica de Minas Gerais foi reconhecida como Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), estruturando, em 16.11.1983, a Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária.⁶ Destaca-se neste período a

⁵ Outras informações sobre a fundação do PRODAC vide SILVA (1989).

⁶ Em 19/06/90 a Ação Comunitária foi desmembrada da Pró-reitoria de Extensão, tornando-se Secretaria de Ação Comunitária através da Portaria/R/n.019.

formalização do Colegiado de Extensão, que contou com a representação de alunos, professores e funcionários, tendo como fim efetivar a participação da comunidade universitária na implementação da política de extensão. O primeiro item do Relatório de Atividades da Pró-reitoria, no ano de 1984, propôs a implementação de uma “Política de Extensão intimamente vinculada às propostas e atividades de Ensino e Pesquisa” e o estabelecimento de “uma conexão orgânica com a sociedade”. À estrutura organizacional desta Pró-reitoria foram agregados novos setores, bem como foi incorporada uma equipe de profissionais que contribuíram para uma melhor organização das ações.

Nas últimas três décadas, a PUC Minas vem desenvolvendo práticas extensionistas, tais como ações científicas, culturais e educativas, que possibilitam a interlocução da Universidade com a sociedade e a participação de diversos segmentos sociais em suas ações, contribuindo para a promoção da cidadania, a inclusão e o desenvolvimento social e demonstrando um grande dinamismo e criatividade.

Nesse seu fazer cotidiano, a extensão se organizou, no interior da Pró-reitoria, em torno de núcleos temáticos interdisciplinares — tais como criança e adolescente, políticas urbanas, meio ambiente, educação infantil, sociedade inclusiva, comunidade e inventário do patrimônio histórico —, núcleos esses com experiências diversificadas, mas todos com grande potencial para o estabelecimento de parcerias com organizações públicas, produtivas, não-governamentais e internacionais (quase sempre com captação de recursos). Os núcleos temáticos representam também grande potencial para a produção de conhecimento, seja através da realização de pesquisa, da reflexão sobre a própria intervenção social, ou da promoção de cursos, encontros, seminários e congressos. Essas atividades extensionistas vêm sendo realizadas com a inserção de professores e alunos dos mais diferentes cursos da Universidade. Muitos desses trabalhos originaram publicações que vêm contribuindo para a discussão de diferentes problemáticas teóricas, metodológicas e políticas, projetando a extensão universitária da PUC Minas, sobretudo, no cenário nacional.

Simultaneamente, ricas práticas extensionistas vêm ocorrendo nos cursos das diversas unidades e *campi* da PUC Minas, demonstrando o reconhecimento da importância da extensão na formação acadêmica, ainda que expressando entendimentos diversos e multifacetados sobre a extensão, carecendo, portanto, de diretrizes norteadoras mais precisas.

No seio desse processo criativo e dinâmico, a extensão da PUC Minas se concebe como uma atividade acadêmica interdisciplinar, teórica e prática, que se realiza tanto por meio

da seleção e processamento de demandas externas quanto da elaboração interna de questões que merecem ser desenvolvidas à luz de estudos e teorias.

A partir de 2003, criou-se na Pró-reitoria um Grupo de Trabalho responsável pela explicitação, estruturação e consolidação da proposta coletiva da política de extensão na PUC Minas, que considerasse as características constituintes das atividades extensionistas em curso, o debate nacional e as exigências legais relativas à extensão universitária. O Censo das Atividades de Extensão, realizado naquele momento, confirmou a diversidade das ações e das concepções sobre a extensão o que exigiu uma sistematização dessas experiências à luz dos elementos citados acima. Como resultado dessas reflexões, o Grupo de Trabalho consolidou um documento, anteriormente citado, denominado “*Documento-base da Política de Extensão Universitária - versão preliminar*”, que foi amplamente socializado na comunidade acadêmica, buscando uma interlocução com os cursos, departamentos, pró-reitorias, coordenação de extensão das unidades e *campi*, institutos e demais atores, na perspectiva de um processo de trabalho compartilhado. Nessa mesma perspectiva, criou-se, no âmbito interno da PROEX, um Colegiado de Extensão composto pela pró-reitora, pelos coordenadores de extensão das unidades e *campi*, pelos coordenadores dos núcleos temáticos da PROEX e um membro da assessoria.

Outras ações concretas foram empreendidas para garantir decisões relativas à implementação da política em construção, tais como a destinação de recursos orçamentários para execução de programas e projetos nos cursos e nos núcleos temáticos, reestruturação organizacional e do espaço físico da Pró-reitoria, aquisição de equipamentos, participação em fóruns regionais e nacionais, avaliação dos projetos pedagógicos, participação mais orgânica no Programa Permanente de Avaliação Institucional (PROPAV) e a intensificação das parcerias locais, regionais e nacionais. Ao final de 2004, a PROEX organizou um seminário para a comunidade acadêmica com a intenção de socializar e discutir os princípios, as diretrizes, a estruturação e os marcos legais nacionais que deveriam nortear a política extensionista da PUC Minas.

Um segundo seminário, realizado em outubro de 2005, visou, sobretudo, discutir as possibilidades de articulação entre extensão, ensino e pesquisa, em consonância, inclusive, com o que preconizam as “Diretrizes da Graduação da PUC Minas”, e também propiciou uma mostra de projetos extensionistas envolvendo toda a universidade.

É neste contexto que a PROEX, reafirmando a missão da Universidade, reconhecendo a tradição de suas práticas extensionistas e considerando as exigências legais das instâncias

competentes, entende que a consolidação de sua Política de Extensão Universitária possibilitará uma referência para as ações de extensão na PUC Minas, incentivando, também, iniciativas advindas dos cursos, que estejam em conformidade com os seus projetos pedagógicos e com as diretrizes e princípios da política expressa nesse documento.

4. ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS

4.1. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PUC MINAS

Em um contexto marcado por profundas mudanças sociais, econômicas e políticas, as universidades vivenciam um clima de crise e expectativa. É necessário fazer uma reflexão sobre os desafios postos às instituições de ensino superior na busca da qualidade científica, tecnológica e artístico-cultural e em sua interação com a sociedade. Deve-se pensar o ensino, a pesquisa e a extensão como ações que permitem à universidade cumprir seu objetivo maior de produzir o conhecimento científico e torná-lo acessível à sociedade.

Na perspectiva de democratizar o conhecimento produzido, a extensão consolida-se como um dos meios que permite ampliar os canais de interlocução com os segmentos externos à universidade. Simultaneamente, o contato com a sociedade retroalimenta o ensino e a pesquisa e a própria extensão, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos.

A extensão universitária integrada ao ensino e à pesquisa é, portanto, parte do fazer acadêmico e um dos lugares do exercício da função social das IES. Nessa dupla dimensão, uma ação pedagógica extensionista favorece a universidade intensifique a convergência entre sua vocação técnico-científica, a vocação humanizadora e seu compromisso social.

No ensino, as atividades de extensão ampliam o espaço da sala de aula, permitindo que a construção do saber se faça dentro e fora da academia, além de contribuir com o processo pedagógico na medida em que possibilita o intercâmbio e participação entre as comunidades interna e externa à vida universitária.

A relação entre extensão e pesquisa favorece a criação e recriação de conhecimentos que podem contribuir para a transformação da sociedade, para o desenvolvimento teórico, bem como para retroalimentar parte da ação pedagógica da universidade.

Sendo assim, a atividade extensionista na universidade intensifica o processo dialético entre teoria e prática – entendimento que é consistente com as diretrizes do Plano Nacional de

Extensão Universitária e com o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (2002). Seu caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, extrapola a abordagem especializada de cada área de conhecimento ou curso e favorece a visão integrada do social. Essa atividade propõe formar profissionais cidadãos que pautem suas ações pela ética fundada no entendimento de que o ser humano tem valor por si mesmo. Assim, as ações de extensão, articuladas ao ensino e à pesquisa, orientam-se para a defesa da justiça, do respeito às diferenças, da autonomia e da liberdade entre os homens.

Nesse sentido, entende-se a extensão “como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (Plano Nacional de Extensão).

4.2. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A PUC Minas, tendo o HUMANISMO como vetor básico e em concordância com sua missão confessional, fundamenta os projetos acadêmicos dos cursos e as demais atividades por princípios e valores que conferem marca singular à instituição. Esse fundamento se traduz em princípios que norteiam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, entendendo que os saberes internamente produzidos estão a serviço da dignidade das pessoas e que a universidade tem o dever e a missão de contribuir para a compreensão dos problemas que afetam a sociedade, com especial atenção às suas dimensões éticas, a saber:

- ✓ *Igualdade – de valor dos seres humanos e garantia de igualdade de direitos entre eles.*
- ✓ *Liberdade – de criação, de expressão do pensamento e de produção de conhecimento.*
- ✓ *Autonomia – capacidade de formular leis, em contexto de liberdade, e se reger por elas.*
- ✓ *Pluralidade – expressão da igualdade e diferença entre as pessoas, iguais porque humanos e diferentes porque singulares.*
- ✓ *Solidariedade – adesão à causa do outro, fundada no respeito mútuo e na interlocução entre sujeitos da sociedade.*

- ✓ *Justiça – orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças. A justiça implica a obrigação de agir quando se tem consciência da injustiça.*

Traduzindo esses princípios para o atual momento da sociedade brasileira, a extensão da PUC Minas, articulada ao ensino e à pesquisa, assume:

- ✓ *O compromisso com a construção de um Estado Democrático de Direito no Brasil e com os direitos humanos.*

4.3. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Em concordância com os Princípios da Política de Extensão Universitária, estabelecem-se as seguintes Diretrizes:

- ✓ *A extensão como prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa.*
- ✓ *A extensão como produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica.*
- ✓ *A extensão como instrumento para problematizar e buscar respostas às questões sociais, objetivando a qualidade de vida da população, em especial local e regional.*
- ✓ *A extensão como ação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, que contribui para o processo de inclusão social e efetivação dos direitos humanos.*
- ✓ *A extensão como instrumento de formação de profissionais tecnicamente competentes e eticamente comprometidos com uma sociedade mais justa e fraterna.*
- ✓ *A extensão como prática acadêmica que deve ser submetida à avaliação sistemática, compatibilizada com o PROPAV, de modo análogo às demais atividades-fim.*
- ✓ *A extensão como uma ação que deve ser desenvolvida de modo a tornar as comunidades autônomas, evitando-se dependência ou assistencialismo.*

4.4. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Em decorrência das Diretrizes da Política de Extensão Universitária, estabelecem-se os seguintes Objetivos da Política de Extensão Universitária:

- ✓ *Intensificar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade.*
- ✓ *Reafirmar a extensão universitária como parte do fazer acadêmico.*
- ✓ *Democratizar o conhecimento acadêmico.*
- ✓ *Estimular a participação da comunidade universitária na produção e registro do conhecimento gerado através das atividades de extensão.*
- ✓ *Contribuir para a inclusão da extensão, enquanto prática acadêmica, nos projetos pedagógicos dos cursos.*
- ✓ *Consolidar a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão, efetivados em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias.*
- ✓ *Estimular atividades interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares nas atividades de extensão..*
- ✓ *Valorizar o intercâmbio com órgãos públicos e privados e agências não governamentais, articulando redes ou parcerias, sob a forma de convênios, consórcios ou outros termos jurídicos.*
- ✓ *Criar condições para que às atividades extensionistas sejam atribuídos créditos curriculares.*
- ✓ *Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade.*
- ✓ *Fortalecer a interlocução dos núcleos temáticos com departamentos, institutos, faculdades, cursos, grupos de pesquisadores e outros setores dos diversos campi e unidades da PUC.*

4.5. MODALIDADES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A política de extensão da PUC Minas deve ser efetivada por meio das seguintes modalidades:

- ✓ *Programas: conjunto de projetos de extensão de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientados a um objetivo comum em ação de médio e longo prazo.*
- ✓ *Projetos: ação processual e contínua de caráter educativo, social, científico ou tecnológico com objetivo específico a curto e médio prazo.*
- ✓ *Cursos: conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.*
- ✓ *Eventos: apresentação e exibição pública e livre ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade. Inclui: congresso, seminário, encontro, conferência, ciclo de debates, exposição, espetáculo, festival, evento esportivo, entre outros.*
- ✓ *Prestação de serviços: realização de trabalho oferecido pela Universidade ou contratado por terceiros (comunidade e/ou empresas), incluindo assessorias, consultorias, cooperação interinstitucional e/ou internacional. Cabe ressaltar que a prestação de serviços na universidade deve considerar sempre o caráter pedagógico de sua ação, eliminando a possibilidade de substituir o Estado em suas funções e de transformar-se em uma agência de venda de serviços.*
- ✓ *Publicações e outros produtos acadêmicos: produção de publicações e de produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, tais como cartilhas, vídeos, filmes, softwares, anais, revistas, livros, CDs, entre outros.*

4.6. AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Extensão Universitária da PUC Minas deve ser avaliada de modo análogo às demais atividades-fim da Universidade e estar inserida no Programa Permanente de Avaliação Institucional (PROPAV), incluindo todos os atores envolvidos nas ações extensionistas, no âmbito interno e externo. Essa decisão é consistente com o estabelecido pela SINAES.

O processo de avaliação da extensão do PROPAV estabelece os seguintes objetivos:

- ✓ Conhecer todas as ações da extensão universitária desenvolvidas pela PUC Minas.
- ✓ Demonstrar, consolidar e contribuir para aprimorar a qualidade da produção acadêmica desenvolvida na extensão universitária.
- ✓ Identificar o perfil da extensão na PUC Minas nas dimensões da política de gestão, de todas as ações extensionistas (programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviço, entre outras) e de infra-estrutura.
- ✓ Subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A Pró-reitoria de Extensão, nesse sentido, propõe a criação de mecanismos e sistemas de monitoramento e avaliação de suas ações para obter dados e informações precisas e consistentes, contribuindo com o processo avaliativo do PROPAV e, simultaneamente, permitindo que se fomente uma discussão da qualidade, relevância e impacto das ações extensionistas desenvolvidas na universidade, norteando, dessa forma, sua política de extensão.

A criação do Sistema de Informação (SIEX PUC Minas) possibilita uma formalização mais efetiva da extensão na estrutura da universidade, fomenta a sua articulação com o ensino e a pesquisa e otimiza as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade, dando visibilidade à ampla gama de trabalhos desenvolvidos na PUC Minas. O Sistema de Informação também permitirá a integração da PUC Minas à Rede Nacional de Extensão (RENEX/ SIEX Brasil).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta aqui apresentada é fruto de um esforço de sistematização da prática e da reflexão da extensão que vem sendo desenvolvida na PUC Minas ao longo da sua história, combinado com as exigências legais expressas em vários documentos oficiais, em especial, o Plano Nacional de Extensão Universitária.

A institucionalização da política extensionista torna-se necessária para a consolidação da extensão da PUC Minas enquanto uma atividade acadêmica articulada ao ensino e à pesquisa, inserida no cotidiano da universidade e requer o comprometimento das várias instâncias da Instituição no sentido de garantir a operacionalização das medidas e procedimentos contidos nessa proposta apresentada pela PROEX.

6. BIBLIOGRAFIA

ANAIS 2001 - VIII Encontro de extensão e ação Comunitária. A gestão da extensão e da ação comunitária. Mimeo.

ANAIS 2002 - Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. Florianópolis: Ed. Univille, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para Avaliação das Instituições de Ensino Superior, Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES). Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf . Acesso Outubro, 2005.

BRASIL. Lei Nº 9.394 - 20 de Dezembro de 1996. A Lei Darcy Ribeiro estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Câmara dos Deputados, Congresso Nacional, Brasília, 2000.

CORREA E. et. alii. 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Brasília: UNESCO, 2004, 576p.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

ENCONTRO NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA. A gestão e a avaliação da extensão: um desafio para a comunidade acadêmica. Anais do IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária e Anais do IV Assembléia do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Florianópolis: Ed. Univille, 2002.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000). Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000, 196 p.

FÓRUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESU. UFPR. UESC.2001.98p.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da Inteligência - o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 2004, 13 a. Edição.

NOGUEIRA, M.D P. Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000). Belo Horizonte: PROEX/UFMG. 2000. ps 91-160

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU /MEC. Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada. Brasil, 2000/2001.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – XVII FORGRAD. Política Nacional de Graduação. Manaus. Maio, 2004.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Diretrizes para a graduação da PUC Minas, Pró-reitoria de Graduação. Belo Horizonte: PUC Minas. Março de 2004.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Projeto Pedagógico. Belo Horizonte, Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Belo Horizonte: PUC Minas, Junho 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Programa de Avaliação Institucional, Comissão Central de Avaliação Institucional. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/propav/index.php?menu=26&cabecalho=15&lateral=1> . Acesso: Outubro 2005.

RIBEIRO, Darci. As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos. Petrópolis: Editora Brasiliense. 1970.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. Ensino Público e algumas falas sobre a universidade. São Paulo: Paz e Terra.1994.p.137

SILVA, Enio Waldir da; FRANTZ, Walter. As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SILVA, Marcos Vieira. Extensão Universitária: Um processo educativo. Um estudo de caso desenvolvido a partir das experiência do PRODAC – Programa de Desenvolvimento e Ação Comunitária, da PUC MG. Belo Horizonte: 1989, 160 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. São Paulo: Editora Alínea, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SUB-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO. Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ – Sub-reitoria de Desenvolvimento e Extensão, 2002.